RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo n. 5006738-76.2024.8.24.0019

Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Concórdia, SC

Rodomix Ltda e Econorte Ltda

Janeiro/2025

SCZ Scalzilli administração judicial

Sumário

1. Considerações preliminares 3
2. Requisitos do Plano de Recuperação Judicial 4
3. Meios de recuperação judicial 5
4. Condições de pagamento 6
5. Discussões sobre a legalidade do Plano 9
6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano 13
7. Considerações finais 23

1. Considerações preliminares

- Em atendimento ao art. 22, inciso II, alínea "h", da Lei 11.101/05, a Administradora Judicial vem apresentar o Relatório sobre o plano de recuperação judicial unitário, constante do Evento 46, acostado em 11/10/2024.

- Cabe ressaltar que a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial autorizou, também, a consolidação substancial, conforme se depreende do trecho abaixo:

> *"Assim, demonstrados os requisitos autorizadores, AUTORIZO a consolidação processual e substancial de ativos e passivos das recuperandas.."*

- Havendo consolidação substancial, os devedores devem apresentar plano unitário, nos termos do disposto no art. 69-L da Lei 11.101/05.

- Este relatório contém verificação do cumprimento dos arts. 53 e 54 da Lei 11.101/05, bem como um resumo das condições de pagamento dos credores, dos meios de recuperação das atividades e comentários da Administradora Judicial sobre pontos que podem ser objeto de questionamento pelos credores.

- A escrituração contábil utilizada para elaboração deste relatório não foi objeto de auditoria e não será aproveitada para qualquer outro fim.

- As informações às quais a Equipe Técnica teve acesso e que foram utilizadas para elaboração deste Laudo **não serão aproveitadas para qualquer outro fim**.

2. Requisitos do Plano de Recuperação Judicial

Os arts. 53 e 54 da Lei 11.101/05 estabelecem os itens essenciais que o Plano deve conter, os quais estão presentes **TOTALMENTE** no caso concreto:

Tempestividade (art. 53, caput)	-	O prazo de 60 dias corridos para apresentação do Plano encerrou em 12/12/2024, dado que a publicação da decisão de deferimento do processamento ocorreu em 14/10/2024, de modo que a proposta apresentada em 10/12/2024 é plenamente tempestiva.	✓
Discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados (art. 53, I)	Evento 164, PLANO DE PAGAMENTO 2	Páginas 38-43 do documento.	✓
Demonstração da viabilidade econômica (art. 53, II)	Evento 164, PLANO DE PAGAMENTO 2, Fls. 43-70	Requisito cumprido mediante a apresentação do laudo de viabilidade econômico-financeiro anexo ao Plano.	✓
Laudo econômico-financeiro subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada (art. 53, III)	Evento 164, PLANO DE PAGAMENTO 2, Fls. 43-58	O laudo econômico-financeiro apresentado foi devidamente subscrito pela empresa LFBoff Assessoria Estratégica.	✓
Laudo de avaliação dos bens e ativos do devedor subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada (art. 53, III)	Evento 163 – LAUDOAVAL2	O laudo foi apresentado junto ao plano de recuperação judicial, elaborado por engenheiro civil.	✓
Condições de pagamento dos credores trabalhistas (art. 54)	Evento 164, PLANO DE PAGAMENTO 2	Páginas 61/62 do documento.	✓

3. Meios de recuperação judicial

Reestruturação mercadológica	• Busca por novos clientes; • Reestabelecer parcerias com clientes antigos; • Fixação de metas e plano orçamentário
Reestruturação administrativa e financeira	• Reorganização do seu quadro funcional • Otimização e redução de despesas na área operacional e administrativa • Programa de redução de despesas fixas • Fortalecimento da política de recursos humanos • Treinamento dos colaboradores • Implementação de plano orçamentário com revisões periódicas
Reperfilamento do passivo	• Concessão de prazos e condições para pagamentos das obrigações vencidas ou vincendas • Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza

4. Condições de pagamento

Classe	Subclasse	Deságio	Carência	Forma de pagamento	Atualização
I	Até 5 (cinco) salários-mínimos vencidos até 3 meses anteriores ao pedido de RJ	0%	Sem carência	Pagamento integral em até 30 (trinta) dias da homologação do plano.	TR + 1% a.a.
I	Até 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos	70%	1 mês	Pagamento em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a primeira paga 30 dias após a homologação do plano.	TR + 1% a.a.
II	-	80%	24 meses	Pagamento em 15 parcelas anuais, iguais e consecutivas.	TR + 1% a.a.
III	-	80%	24 meses	Pagamento em 15 parcelas anuais, iguais e consecutivas.	TR + 1% a.a.
IV	-	60%	12 meses	Pagamento em 15 parcelas anuais, iguais e consecutivas.	TR + 1% a.a.

4. Condições de pagamento

QUADRO RESUMO

- Levando em consideração os valores indicados na relação de credores elaborada pela administração judicial, esta elaborou um quadro resumo das condições de pagamento, expondo o valor total dos créditos após os deságios propostos para cada uma das classes e subclasses de credores:

Classe	Natureza	Valor (R$)	Carência	Deságio	Deságio (R$)	Valor Pgto. (R$)	Prazo de Amortização	Juros	Correção
Trabalhistas	Até 5 (cinco) salários-mínimos vencidos até 3 meses anteriores ao pedido de RJ	62.193	-	0%	-	62.193	até 30 dias	1% a.a.	TR
	Até 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos	19.155	30 dias	70%	13.409	5.747	12 meses	1% a.a.	TR
Garantia Real	Créditos Garantia Real	1.364.725	24 meses	80%	1.091.780	272.945	180 meses	1% a.a.	TR
Quirografários	Créditos Quirografários e saldos residuais de credores que superem 150 salários-mínimos	11.502.253	24 meses	80%	9.201.803	2.300.451	180 meses	1% a.a.	TR
ME/EPP	Créditos ME/EPP	3.081.502	12 meses	60%	1.848.901	1.232.601	180 meses	1% a.a.	TR
Total		**16.029.828**			**12.155.893**	**3.873.936**			

4. Condições de pagamento

- Os prazos de carência ou de pagamento iniciam a partir da data em que for proferida a decisão que homologar o Plano e conceder a recuperação judicial às empresas.

- Os pagamentos serão pagos prioritariamente e diretamente na conta corrente de cada credor. A simples transferência eletrônica servirá como comprovação de pagamento. Servirá igualmente como forma de comprovação de pagamento o recibo de pagamento confeccionado pelo próprio credor, nos casos de pagamentos feitos por outros meios que não a transferência eletrônica Disponível (TED), Ordem de Crédito (DOC) ou Pagamento Instantâneo Brasileiro (PIX) e o depósito bancário, tais como pagamentos em dinheiro, cheques, compensações, dação em pagamento, dentre outras.

- Os credores terão obrigatoriedade de enviar ao Grupo Econorte – Rodomix os dados bancários para que seja efetuado cada pagamento, exclusivamente mediante correio eletrônico endereçado ao e-mail: rj@econorte.com.br

- São os dados de responsabilidade dos credores para envio Grupo Econorte – Rodomix:

Pessoa Física

- CPF
- Cópia de documento válido com foto
- Telefone válido para contato
- Dados bancários completos: Instituição financeira; código bancário; agência; conta do titular (credor)

Pessoa Jurídica

- Razão Social do credor
- CNPJ
- Cópia da última alteração/consolidação
- Cópia da última alteração/consolidação contratual (contrato social ou estatuto)
- Cópia de documento válido com foto e telefone do representante legal
- Dados bancários completos: Instituição financeira; código bancário; agência; conta do titular (credor)

- Os Credores deverão informar os dados bancários para pagamento, mediante comunicação eletrônica endereçada às Recuperandas, conforme e-mail acima. A indicação dos dados bancários para pagamento deverá ocorrer no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da data do primeiro pagamento previsto. Caso o credor não informe os dados bancários para pagamento, isso não implicará em descumprimento do PRJ. No caso de o credor informar os dados bancários com atraso, a data do início da contagem de pagamento será 90 dias após a comunicação.

5. Discussões sobre a legalidade do Plano

SCZ Scalzilli administração judicial

PROPOSTA DE PAGAMENTO

- O Plano prevê condições de pagamento diferenciadas daquelas originalmente contratadas entre as recuperandas e seus credores, de acordo com a classificação dos créditos (trabalhista, garantia real, quirografário e ME/EPP).

- **TAXA REFERENCIAL**: A adoção da Taxa Referencial - TR como índice de correção monetária é prática validada pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme Informativo de Jurisprudência 651: "é válida a cláusula no plano de recuperação judicial que determina a TR como índice de correção monetária e a fixação da taxa de juros em 1% ao ano".

- **TRABALHISTAS**: No que toca a previsão do pagamentos dos credores trabalhistas cujos créditos excedem os 150 salários mínimos, que se dará por meio das condições previstas aos credores quirografários, não se vislumbra ilegalidade ou ofensa ao art. 54, caput, da LREF, tendo em vista que a empresa pode acordar no sentido de efetuar pagamento de forma e condições mais favoráveis a seu pleno funcionamento e equalização das despesas.

- A respeito do tema, ainda, o ilustre Ministro Marcos Buzzi, na fundamentação do voto proferido no REsp 1.812.143/MT, já se manifestou no sentido de que o limite disposto no art. 83, I, da Lei nº 11.101/2005 pode ser aplicado ao regime de recuperação, desde que consensualmente estabelecido entre os credores e a recuperanda.

- **UNIFICAÇÃO DE CLASSES**: O Plano prevê a unificação das classes II e III, o que significa que estas terão a mesma condição de pagamentos. Ressalta-se que referida unificação restringe-se à forma de pagamento, não abarcando o poder de voto em assembleia geral de credores, que se dará de forma separada e por classe.

- Parece não existir ilegalidade, *a priori*, no que refere às demais condições de pagamento apresentadas, no que se refere ao deságio, prazos de pagamento, de carência e periodicidade das amortizações, visto que por se tratarem de matérias que envolvem o conteúdo econômico do PRJ, cabe exclusivamente aos credores deliberarem acerca de sua validade.

5. Discussões sobre a legalidade do Plano

SCZ Scalzilli administração judicial

DA UTILIZAÇÃO DE QUAISQUER MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- Ao longo do item 3.3, o PRJ prevê, especialmente às fls. 42/43 que durante o processo as recuperandas poderão lançar mão de quaisquer meios de recuperação propostos pelo legislador no art. 50, da LREF.

- No entanto, tal previsão deve ser declarada ineficaz, diante do seu caráter genérico. O art. 53, I, da LREF, bem prevê que os meios de recuperação devem ser indicados de forma pormenorizada, a fim de possibilitar a manifestação dos credores acerca da sua viabilidade.

- Nesse sentido, e de forma exemplificativa, a previsão de reorganização societária (inciso II), por não ter sido devidamente elucidada, impede que os credores se manifestem de maneira efetiva acerca das operações, afrontando o disposto no art. 53, inc. I, da LRF, o qual exige a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados.

- Da mesma forma, o trecho deve ser declarado ineficaz por conter previsão genérica de venda parcial de bens, operação que só pode acontecer após a chancela do Juízo Recuperacional, conforme preceitua o art. 66, da LREF.

- No caso em análise, a necessidade de chancela judicial na hipótese de oneração ou alienação de bens e direitos pertencentes às devedoras não constou expressamente no Plano, razão pela qual entende a Administração Judicial pela necessidade de declaração de ineficácia.

- Assim, a declaração da ineficácia do trecho acima indicado é medida impositiva, uma vez que não foram pormenorizadas as operações a serem realizadas pelas recuperandas para a recuperação da crise econômico-financeira.

5. Discussões sobre a legalidade do Plano

SCZ Scalzilli administração judicial

DAS GARANTIAS FIDEJUSSÓRIAS/COOBRIGAÇÃO E SOLIDARIEDADE

- O Plano prevê, na cláusula 1.5, que com a homologação do PRJ, as ações e execuções decorrentes de créditos concursais devem ser suspensas em face das Recuperandas, diante da novação operada pelo art. 59, da LREF. Entende-se que a suspensão das ações e execuções em face das devedoras não contem ilegalidade, estando de acordo com aquilo que prevê a LREF e a jurisprudência.

- No mesmo sentido, a cláusula 1.6 prevê que a homologação do PRJ acarreta na suspensão de protestos e das restrições referentes aos créditos originários.

- Assim como na cláusula 1.5, a redação da cláusula 1.6 está alinhada com a LREF e com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual se autoriza, após a decisão de concessão da recuperação judicial, e a consequente operação da novação, a suspensão dos protestos das dívidas sujeitas à recuperação judicial, bem como a exclusão dos apontamentos, em nome das Recuperandas, nos cadastros de restrição ao crédito, com base em dívidas sujeitas à recuperação judicial (REsp n. 1.260.301/DF, relatora Ministra Nancy Andrighi).

- No que se refere aos terceiros, como, por exemplo, sócios, garantidores e coobrigados, o Plano prevê (ressalva a.1) que a recuperação judicial não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, conforme assente jurisprudência do STJ firmada no julgamento dos recursos especiais 1.794.209 e 1.885.536.

- Do mesmo modo, a ressalva a.2) ressalta que a supressão/extinção de garantias reais e fidejussórias vincula apenas aqueles credores que assentiram expressamente com a medida, não se estendendo, portanto, aos credores discordantes, omissos ou ausentes à deliberação.

- Assim, entende a administração judicial que o Plano se encontra em consonância com entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, sendo desnecessária qualquer ressalva.

5. Discussões sobre a legalidade do Plano

MODIFICAÇÃO DO PLANO

- O item 1.10 das disposições finais do Plano prevê que será possível sua alteração após a homologação judicial a qualquer tempo e independentemente do seu descumprimento, a critério das recuperandas, vinculando as empresas devedoras e todos os credores sujeitos, convocando-se Assembleia Geral de Credores para tal finalidade.

- Conforme entendimento do STJ, afigura-se possível que o Plano seja modificado a qualquer tempo, desde que a recuperação judicial não tenha sido encerrada e não haja descumprimento em momento anterior (STJ, Quarta Turma, REsp 1.302.735/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 17/03/2016).

- Entende-se que as disposições do Plano aprovadas e que sejam eventualmente alteradas devem vincular todos os credores, mesmo aqueles que tenham votado contra o aditamento ou que não tenham se manifestado, salvo no que diz respeito às cláusulas que dispõem sobre garantias previamente prestadas/extensão da novação aos garantidores e coobrigados.

OUTRA FORMAS DE AMORTIZAÇÃO

- O item 6.1 das Disposições Gerais e Finais apontam outras formas de amortizações possíveis, as quais decorreriam dos meios de recuperação previstos no art. 50, da LREF. Ao passo em que a cláusula pontua que caso ocorra uma das hipóteses que autorizem outras formas de pagamento será convocada assembleia geral de credores para deliberação, esta Administração Judicial não vislumbra qualquer ilegalidade.

DAS DISCUSSÕES JUDICIAIS

- A cláusula 1.11 do PRJ dispõe que caso a homologação resolva, em todo ou em parte, litígio judicial entre o Grupo Recuperando e os credores, as partes concordam que a extinção da demanda não acarretará em condenação aos ônus sucumbenciais. A respeito da cláusula, esta Administradora Judicial não verifica qualquer ilegalidade, visto que eventuais honorários sucumbenciais de demandas em curso representam mera expectativa de direito, e, encerrado o processo por transação (a exemplo do PRJ) não resta caracterizada sucumbência., ressalvado o direito dos procuradores adotaram as medidas cabíveis.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

- Em atendimento ao disposto no artigo 53, III da LREF, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas está instruído com o "Laudo Econômico-Financeiro", elaborado pela empresa LFBoff Assessoria Estratégica. O laudo de ativos imobilizados, referente aos equipamentos industriais e veículos, foi elaborado pela empresa Scalea Engenharia Civil Ltda.

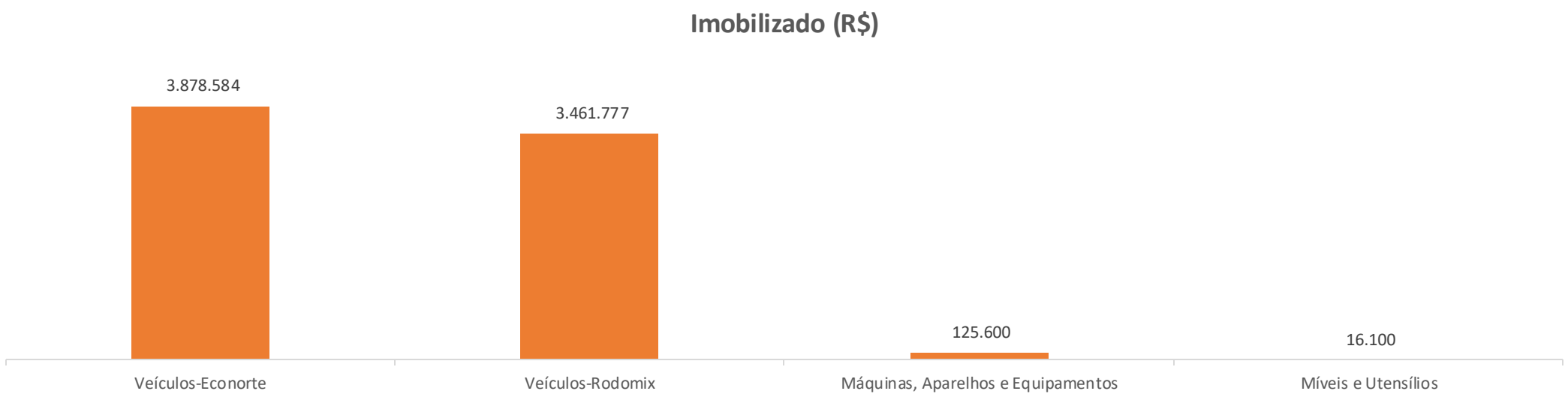
- O laudo demonstrativo da viabilidade econômica do Plano, foi elaborado a partir da relação de credores apresentada pela própria devedora quando da distribuição do pedido de Recuperação Judicial. Nesse ponto, necessário esclarecer que a fase de verificação dos créditos (art. 7º, § 2º da LRE) restou conclusa ao tempo da confecção do presente relatório, o que gerou alteração no quadro de credores.

- O laudo apresenta projeções de resultados para os 17 (dezessete) anos compreendidos no Plano de Recuperação Judicial para a quitação do passivo concursal, especificamente no que tange ao faturamento, custos, despesas operacionais e financeiras.

- As análises das projeções constantes do laudo de viabilidade serão objeto de tópico específico no presente relatório.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- O laudo de avaliação dos bens, indica a existência de ativos avaliados no montante de R$ 7.482.060,86, os quais resumem-se abaixo:



- Conforme o laudo apresentado, os veículos do Grupo Econorte-Rodomix totalizam R$ 7,3 milhões, representando 98% do valor total dos bens do grupo. Entre os ativos mais significativos, destacam-se 15 caminhões, avaliados em R$ 5,4 milhões, correspondendo a 78% do valor total dos veículos. Importa ressaltar que os saldos mencionados refletem a avaliação a valor justo, mensurada com base no valor de mercado estimado para uma transação de compra ou venda.

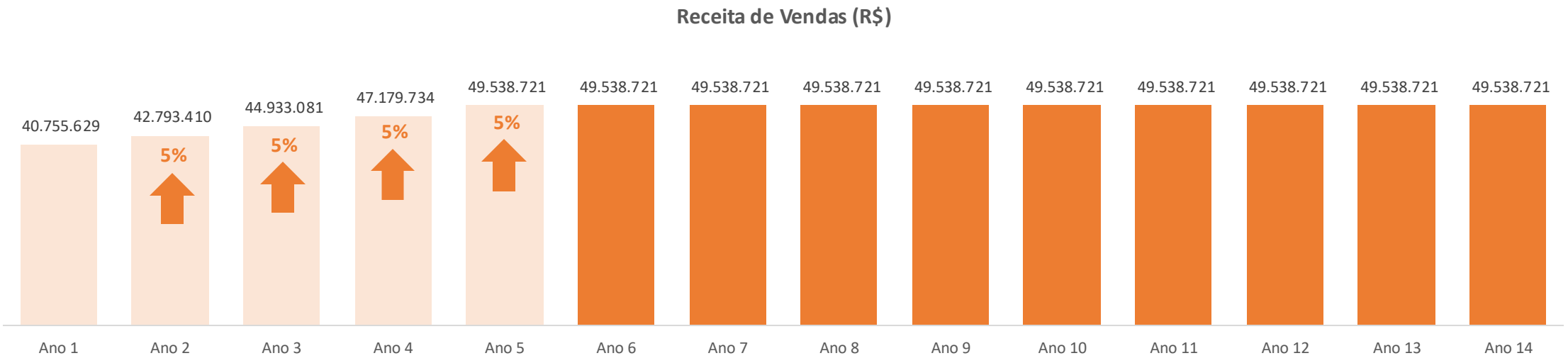
6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- As Recuperandas estruturam seu plano de recuperação judicial com uma abordagem integrada que une o aumento da produtividade à redução progressiva das despesas fixas. O Grupo Recuperando apresentou a seguinte projeção do Demonstrativo do Resultado do Exercício ("DRE") para os próximos 17 anos:

DRE (R$)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17
	40.755.629	**42.793.410**	**44.933.081**	**47.179.734**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**	**49.538.721**
Impostos sobre vendas	(1.280.484)	(1.344.509)	(1.411.734)	(1.482.320)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)	(1.556.437)
Receita operacional líquida	**39.475.145**	**41.448.901**	**43.521.347**	**45.697.414**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**	**47.982.284**
Combustíveis e mercadoria	(34.756.471)	(36.494.294)	(38.319.009)	(40.234.960)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)	(42.246.707)
Margem de contribuição I	**4.718.674**	**4.954.607**	**5.202.338**	**5.462.454**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**	**5.735.577**
Mão de obra direta	(1.861.860)	(1.973.571)	(2.091.986)	(2.217.505)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)	(2.350.555)
Custos fixos	(1.183.840)	(1.231.193)	(1.280.442)	(1.331.659)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)	(1.384.925)
Margem de contribuição II	**1.672.974**	**1.749.843**	**1.829.910**	**1.913.290**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**	**2.000.097**
Mão de obra indireta	(120.408)	(127.632)	(135.290)	(143.408)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)	(152.012)
Despesas fixas	(556.416)	(578.673)	(601.820)	(625.892)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)	(650.928)
EBITDA	**996.150**	**1.043.538**	**1.092.800**	**1.143.990**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**	**1.197.157**
Resultado financeiro	(227.092)	(238.447)	(250.369)	(262.887)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)
Resultado antes dep	**769.058**	**805.091**	**842.431**	**881.103**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**	**921.125**
Depreciação	(1.963.641)	(1.662.718)	(1.496.446)	(1.346.802)	(1.212.121)	(1.090.910)	(981.819)	(883.636)	(795.273)	(715.746)	(644.171)	(579.754)	(521.779)	(469.600)	(422.641)	(380.377)	(342.339)
Resultado antes dos impostos	**(1.194.583)**	**(857.627)**	**(654.015)**	**(465.699)**	**(290.996)**	**(169.785)**	**(60.694)**	**37.489**	**125.852**	**205.379**	**276.954**	**341.371**	**399.346**	**451.525**	**498.484**	**540.748**	**578.786**
IRPJ	-	-	-	10.954	(13.199)	(28.257)	(41.810)	(54.007)	(64.985)	(74.865)	(83.757)	(91.759)	(73.777)	(77.666)	(81.167)	(84.317)	(87.152)
CSLL	-	-	-	(4.697)	(13.392)	(18.813)	(23.692)	(28.083)	(32.035)	(35.591)	(38.792)	(41.673)	(44.266)	(46.600)	(48.700)	(50.590)	(52.291)
Resultado liquído	**(1.194.583)**	**(857.627)**	**(654.015)**	**(459.442)**	**(317.587)**	**(216.855)**	**(126.196)**	**(44.601)**	**28.832**	**94.923**	**154.405**	**207.939**	**281.303**	**327.259**	**368.617**	**405.841**	**439.343**

- As empresas buscam otimizar sua capacidade produtiva, reestruturando as políticas de vendas e estratégias de precificação, enquanto, simultaneamente, expandem sua base de clientes e revitalizam parcerias estratégicas. Dessa forma, o Grupo Recuperando estima aumento mensal das receitas totais em 5% para os primeiros 5 anos de projeção, havendo estabilização nos períodos subsequentes. A evolução citada segue ilustrada no gráfico abaixo.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

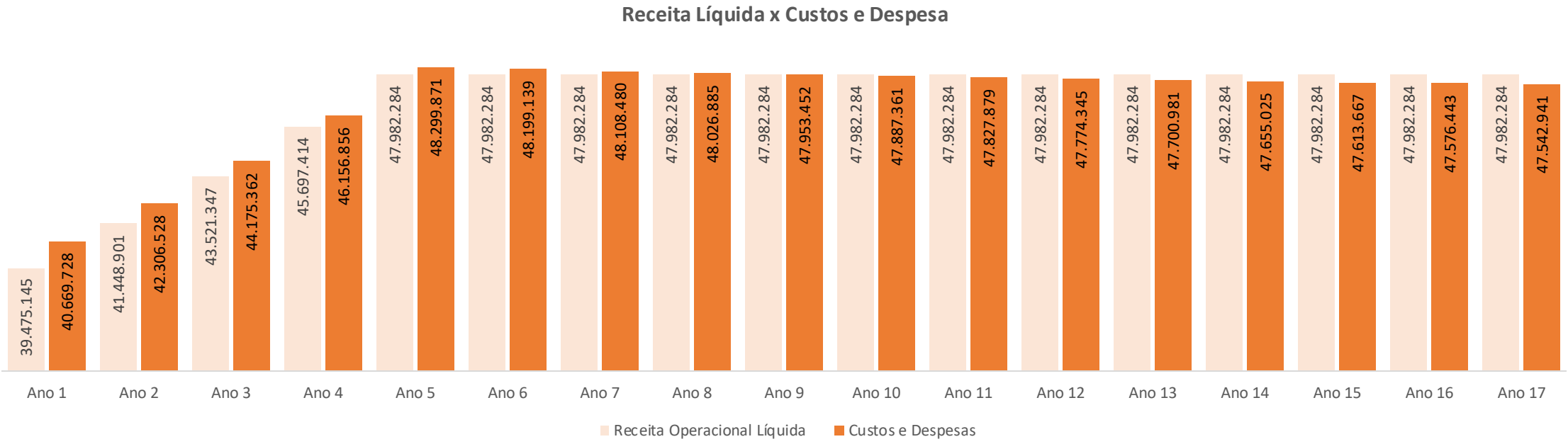


- O Grupo planeja uma reestruturação administrativa como pilar essencial para a recuperação, com ênfase na eficiência operacional e na contenção de despesas. A reorganização funcional será implementada para otimizar processos e controlar rigorosamente os gastos, minimizando desperdícios por meio de ações estratégicas bem definidas. Adicionalmente, serão adotadas novas políticas de recursos humanos, voltadas para a redução da rotatividade e dos custos decorrentes do *turnover*. Essas políticas incluem o desenvolvimento de planos de carreira baseados em desempenho, aprimoramento nos processos seletivos e iniciativas de valorização profissional.

- No âmbito financeiro, a empresa implementará um Plano Orçamentário com revisões trimestrais, possibilitando análises contínuas e detalhadas do desempenho econômico. Essa abordagem permitirá às Recuperandas ajustarem suas estratégias de forma proativa, assegurando o cumprimento dos objetivos de recuperação e a sustentabilidade das operações.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- Dessa forma, o Grupo Recuperando exprime a seguinte relação de receitas em face do conjunto de custos e despesas ao longo do período:

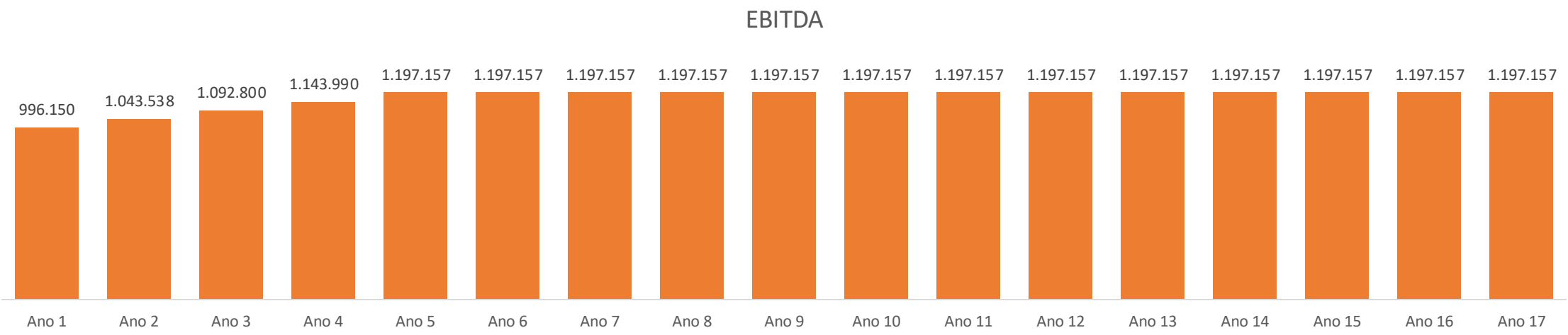


- As Recuperandas estimam que o custo de mercadoria vendida (CMV) se mantenha em 75%. Com base nessa premissa, projeta-se um crescimento anual de 4% nos custos e despesas, e de 5% na receita líquida até o quinto ano do plano de recuperação. A partir do sexto ano, prevê-se redução gradual nos custos e despesas, variando entre 0,1% e 0,2% ao ano. A partir do sexto ano, a receita líquida se estabiliza, superando os custos e despesas no nono ano em 0,1%. Espera-se um crescimento contínuo de aproximadamente 0,1% ao ano, culminando ao final do período projetado com um saldo 0,9% superior aos custos e despesas das Recuperandas.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- A projeção supra denota uma abordagem conservadora e realista por parte do Grupo, com expectativas de crescimento sustentável e controle gradual de custos e despesas, visando uma recuperação financeira a longo prazo. Ressalta-se que, em virtude das projeções se basearem somente em fatores internos, não levando em conta efeitos de mercado, poderá haver divergências entre o projetado e o efetivamente realizado.

- Além disso, o Grupo finaliza a DRE prevendo EBITDA positivo em todo o período projetado, conforme expõe o gráfico abaixo:



- Cumpre destacar que o EBITDA representa a capacidade operacional da empresa de gerar caixa, excluindo o impacto de tributos sobre o resultado e juros sobre dívidas. Portanto, não deve ser confundido com o resultado líquido do exercício. Ao longo do período projetado, as Recuperandas apresentam um EBITDA positivo, especialmente ao desconsiderarem os elevados saldos previstos para depreciação nos primeiros anos da projeção.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- É relevante salientar que as informações a seguir foram obtidas a partir da soma dos quadros individuais dos Demonstrativos de Fluxo de Caixa (DFC) apresentados no Plano de Recuperação Judicial, conforme consta em Evento 164. Tal procedimento foi necessário devido à inconsistência dos quadros e gráficos consolidados anexados pelas Recuperandas. Com base nessa análise, chegou-se à seguinte projeção do DFC para os próximos 17 anos:

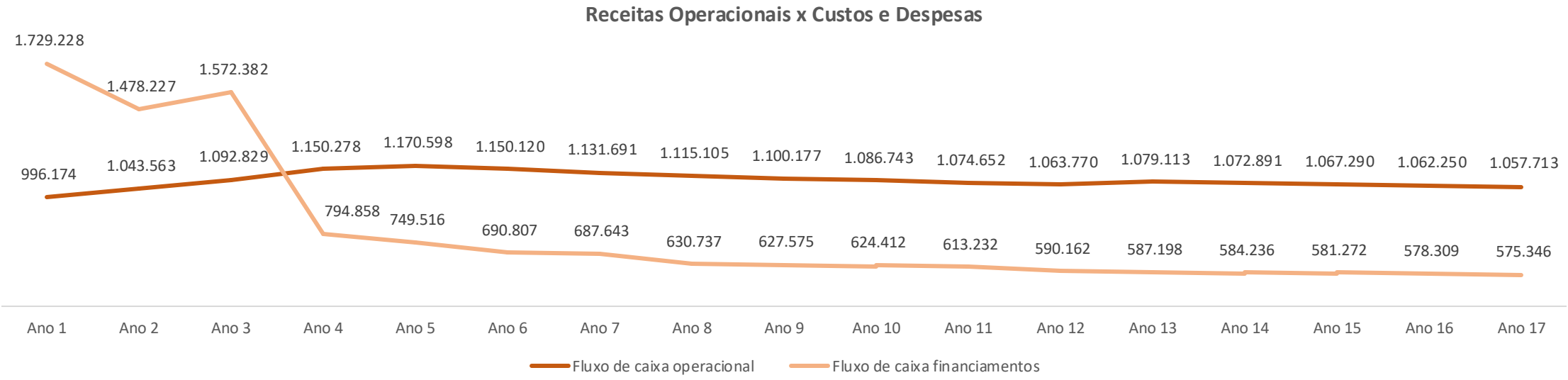
DFC	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17
EBITDA	**996.150**	**1.043.537**	**1.092.801**	**1.143.991**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**
IRPJ E CSLL	-	-	-	6.257	(26.591)	(47.070)	(65.502)	(82.090)	(97.019)	(110.456)	(122.549)	(133.433)	(118.043)	(124.266)	(129.867)	(134.907)	(139.444)
Fluxo de caixa operacional	**996.174**	**1.043.563**	**1.092.829**	**1.150.278**	**1.170.598**	**1.150.120**	**1.131.691**	**1.115.105**	**1.100.177**	**1.086.743**	**1.074.652**	**1.063.770**	**1.079.113**	**1.072.891**	**1.067.290**	**1.062.250**	**1.057.713**
Fluxo de caixa investimentos																	
Amortizações-Exconcursais	**(1.420.310)**	**(1.210.444)**	**(959.512)**	**(172.633)**	**(117.309)**	**(61.760)**	**(61.760)**	**(8.017)**	**(8.017)**	**(8.017)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	(1.303.001)	(1.093.135)	(842.203)	(55.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributárias	(117.309)	(117.309)	(117.309)	(117.309)	(117.309)	(61.760)	(61.760)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	-	-	-	-	-	-	-
Estaduais (Lei 5987/81)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federais (IN 6757/22)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	-	-	-	-	-	-	-
Previdenciários (IN 6757/22)	(55.549)	(55.549)	(55.549)	(55.549)	(55.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação Judicial	**(81.826)**	**(29.336)**	**(362.501)**	**(359.338)**	**(356.175)**	**(353.015)**	**(349.851)**	**(346.688)**	**(343.526)**	**(340.363)**	**(337.200)**	**(314.131)**	**(311.166)**	**(308.204)**	**(305.240)**	**(302.277)**	**(299.314)**
Classe I	(29.188)	(2.653)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe II	(52.638)	(4.785)	(45.446)	(45.051)	(44.656)	(44.261)	(43.865)	(43.470)	(43.075)	(42.680)	(42.285)	(41.890)	(41.494)	(41.099)	(40.704)	(40.309)	(39.914)
Classe III	-	-	(295.356)	(292.787)	(290.219)	(287.652)	(285.083)	(282.515)	(279.946)	(277.378)	(274.809)	(272.241)	(269.672)	(267.105)	(264.536)	(261.968)	(259.400)
Classe IV	-	(21.898)	(21.699)	(21.500)	(21.300)	(21.102)	(20.903)	(20.703)	(20.505)	(20.305)	(20.106)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	**(227.092)**	**(238.447)**	**(250.369)**	**(262.887)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**
Outras despesas financeiras	(227.092)	(238.447)	(250.369)	(262.887)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)
Fluxo de caixa financiamentos	**(1.729.228)**	**(1.478.227)**	**(1.572.382)**	**(794.858)**	**(749.516)**	**(690.807)**	**(687.643)**	**(630.737)**	**(627.575)**	**(624.412)**	**(613.232)**	**(590.162)**	**(587.198)**	**(584.236)**	**(581.272)**	**(578.309)**	**(575.346)**
	(733.054)	**(434.664)**	**(479.552)**	**355.418**	**421.082**	**459.316**	**444.049**	**484.368**	**472.602**	**462.331**	**461.420**	**473.607**	**491.915**	**488.655**	**486.018**	**483.942**	**482.367**
Saldo inicial	**-**	**(733.054)**	**(1.167.718)**	**(1.647.270)**	**(1.291.852)**	**(870.770)**	**(411.454)**	**32.595**	**516.963**	**989.565**	**1.451.896**	**1.913.316**	**2.386.923**	**2.878.838**	**3.367.493**	**3.853.511**	**4.337.453**
Fluxo de caixa acumulado	**(733.054)**	**(1.167.718)**	**(1.647.270)**	**(1.291.852)**	**(870.770)**	**(411.454)**	**32.595**	**516.963**	**989.565**	**1.451.896**	**1.913.316**	**2.386.923**	**2.878.838**	**3.367.493**	**3.853.511**	**4.337.453**	**4.819.820**

- As Recuperandas iniciam a projeção do Fluxo de Caixa utilizando o EBITDA do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), conforme analisado no tópico anterior, refletindo os efeitos diretos da DRE. Este fator é o principal responsável pela geração de caixa positiva nas atividades operacionais em todos os períodos projetados.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- No entanto, a ausência de discriminação detalhada das principais entradas e saídas de caixa compromete a análise aprofundada do fluxo operacional no mérito.

- O Grupo Recuperando prevê *déficit* de caixa nos três primeiros anos projetados, conforme detalhado no quadro supra, sobretudo, em virtude das amortizações relativas a empréstimos e financiamentos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. A partir do ano 5, quando os compromissos previstos com empréstimos e financiamentos se esgotam, as Recuperandas preveem saldo líquido variável entre R$ 421 mil e R$ 491 mil até o final do ínterim projetado, com gastos detidos, predominantemente sobre despesas financeiras e cumprimento do plano de Recupera Judicial.



- Destaca-se, contudo, que a Administração Judicial encontrou equívocos nas projeções da dívida concursal, conforme discorre-se abaixo.

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- A projeção de pagamento aos credores concursais elaborada pelas Recuperandas foi baseada na Lista de Credores apresentada no momento da instrução do pedido de Recuperação Judicial. No entanto, essa projeção apresenta divergências em relação à que consta neste relatório, que considera o Quadro Geral de Credores elaborado pela Administradora Judicial, conforme disposto no edital do artigo 7º, §2º, da LREF.

QGC - PRJ		
Classe	Descrição	nº Credores
Classe I - Trabalhista	98.839,53	37
Classe II - Garantia Real	2.905.484,19	4
Classe III - Quirografário	18.882.801,71	64
Classe IV - ME/EPP	336.994,73	41
Total Sujeito	**22.224.120,16**	**146**

QGC - Administração Judicial		
Classe	Descrição	nº Credores
Classe I - Trabalhista	81.347,83	37
Classe II - Garantia Real	1.364.725,37	3
Classe III - Quirografário	11.502.253,41	63
Classe IV - ME/EPP	3.081.501,52	41
Total Sujeito	**16.029.828,13**	**144**

- Com base nas premissas estabelecidas no Quadro Resumo, presente no item "4. Condições de Pagamento" deste relatório, e considerando a Taxa Referencial (TR) de 0,17%, conforme divulgada pelo BACEN em janeiro de 2024, foram identificadas as seguintes divergências:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17
Classe I	62.193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe II	-	-	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946	19.946
Classe III	-	-	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108	168.108
Classe IV	-	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	90.073	-
Projeção Adm Judicial	**67.939**	**90.073**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**278.127**	**188.053**
Projeção PRJ	**81.826**	**29.336**	**362.501**	**359.338**	**356.175**	**353.015**	**349.851**	**346.688**	**343.526**	**340.363**	**337.200**	**314.131**	**311.166**	**308.204**	**305.240**	**302.277**	**299.314**
Diferença	***13.887***	***(60.737)***	***84.374***	***81.211***	***78.048***	***74.888***	***71.724***	***68.561***	***65.399***	***62.236***	***59.073***	***36.004***	***33.039***	***30.077***	***27.113***	***24.150***	***111.261***

6. Análise dos aspectos econômico-financeiros do Plano

- A divergência apontada entre a projeção apresentada pelas Recuperandas e a previsão elaborada pela Administração Judicial, decorre de dois fatores: i) A empresa discorre na página 62 do PRJ que irá amortizar as dívidas com as classes III e IV em 15 parcelas anuais, iguais e sucessivas. Contudo, a partir do recorte abaixo reproduzido, que expressa o cronograma de pagamento do Grupo para os próximos 15 anos, vemos que (i) as parcelas anuais não são iguais e, (ii) para o caso da classe IV, o pagamento não se dá em 15 parcelas anuais, mas sim em 10, vejamos:

DFC	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17
EBITDA	**996.150**	**1.043.537**	**1.092.801**	**1.143.991**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**	**1.207.157**
IRPJ E CSLL	-	-	-	6.257	(26.591)	(47.070)	(65.502)	(82.090)	(97.019)	(110.456)	(122.549)	(133.433)	(118.043)	(124.266)	(129.867)	(134.907)	(139.444)
Fluxo de caixa operacional	**996.174**	**1.043.563**	**1.092.829**	**1.150.278**	**1.170.598**	**1.150.120**	**1.131.691**	**1.115.105**	**1.100.177**	**1.086.743**	**1.074.652**	**1.063.770**	**1.079.113**	**1.072.891**	**1.067.290**	**1.062.250**	**1.057.713**
Fluxo de caixa investimentos																	
Amortizações-Exconcursais	**(1.420.310)**	**(1.210.444)**	**(959.512)**	**(172.633)**	**(117.309)**	**(61.760)**	**(61.760)**	**(8.017)**	**(8.017)**	**(8.017)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	(1.303.001)	(1.093.135)	(842.203)	(55.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributárias	(117.309)	(117.309)	(117.309)	(117.309)	(117.309)	(61.760)	(61.760)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	-	-	-	-	-	-	-
Estaduais (Lei 5987/81)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	(53.743)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federais (IN 6757/22)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	(8.017)	-	-	-	-	-	-	-
Previdenciários (IN 6757/22)	(55.549)	(55.549)	(55.549)	(55.549)	(55.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação Judicial	**(81.826)**	**(29.336)**	**(362.501)**	**(359.338)**	**(356.175)**	**(353.015)**	**(349.851)**	**(346.688)**	**(343.526)**	**(340.363)**	**(337.200)**	**(314.131)**	**(311.166)**	**(308.204)**	**(305.240)**	**(302.277)**	**(299.314)**
Classe I	(29.188)	(2.653)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe II	(52.638)	(4.785)	(45.446)	(45.051)	(44.656)	(44.261)	(43.865)	(43.470)	(43.075)	(42.680)	(42.285)	(41.890)	(41.494)	(41.099)	(40.704)	(40.309)	(39.914)
Classe III	-	-	(295.356)	(292.787)	(290.219)	(287.652)	(285.083)	(282.515)	(279.946)	(277.378)	(274.809)	(272.241)	(269.672)	(267.105)	(264.536)	(261.968)	(259.400)
Classe IV	-	(21.898)	(21.699)	(21.500)	(21.300)	(21.102)	(20.903)	(20.703)	(20.505)	(20.305)	(20.106)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	**(227.092)**	**(238.447)**	**(250.369)**	**(262.887)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**	**(276.032)**
Outras despesas financeiras	(227.092)	(238.447)	(250.369)	(262.887)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)	(276.032)
Fluxo de caixa financiamentos	**(1.729.228)**	**(1.478.227)**	**(1.572.382)**	**(794.858)**	**(749.516)**	**(690.807)**	**(687.643)**	**(630.737)**	**(627.575)**	**(624.412)**	**(613.232)**	**(590.162)**	**(587.198)**	**(584.236)**	**(581.272)**	**(578.309)**	**(575.346)**
	(733.054)	(434.664)	(479.552)	355.418	421.082	459.316	444.049	484.368	472.602	462.331	461.420	473.607	491.915	488.655	486.018	483.942	482.367
Saldo inicial	**-**	**(733.054)**	**(1.167.718)**	**(1.647.270)**	**(1.291.852)**	**(870.770)**	**(411.454)**	**32.595**	**516.963**	**989.565**	**1.451.896**	**1.913.316**	**2.386.923**	**2.878.838**	**3.367.493**	**3.853.511**	**4.337.453**
Fluxo de caixa acumulado	**(733.054)**	**(1.167.718)**	**(1.647.270)**	**(1.291.852)**	**(870.770)**	**(411.454)**	**32.595**	**516.963**	**989.565**	**1.451.896**	**1.913.316**	**2.386.923**	**2.878.838**	**3.367.493**	**3.853.511**	**4.337.453**	**4.819.820**

- Ii) O segundo ponto que leva à disparidade entre as informações decorre do fato de que o Grupo Recuperando se valeu da relação de credores contida no Edital do art. 52, § 1º da Lei 11.101/2005, enquanto a Administração Judicial utilizou o quadro-geral de credores consolidado após divergências e habilitações administrativas, art. 7º, §2º, da LREF

- No entanto, o segundo ponto não causa prejuízos à análise do Laudo apresentado pelo Grupo Devedor, ao passo em que após a análise feita pela Administração Judicial o passivo sujeito sofreu redução, o que significa que, mantidas as projeções do Laudo, o Grupo terá capacidade de honrar com os compromissos assumidos no PRJ.

7. Considerações finais

- Conforme apontamentos reportados no presente relatório, conclui-se que, em princípio, o Plano apresentado expõe condições relativamente claras de pagamentos aos credores concursais.

- Em relação ao controle de legalidade, foi verificado apenas a necessidade de declarar ineficaz o trecho contido no item 3.3, o qual trata que as Recuperandas poderão lançar mão de quaisquer meios de recuperação propostos pelo legislador no art. 50, da LREF, diante do caráter genérico.

- As demais condições previstas não contrariam o texto legal, e estão de acordo a jurisprudência dos Tribunais acerca da matéria, não sendo necessário qualquer ajuste.

- Em relação ao Laudo de viabilidade econômico-financeiro, faz-se necessária a intimação das Devedoras para ciência e manifestação acerca da incompatibilidade entre as previsões de pagamento das classe III e IV e o contido no referido Laudo, principalmente em relação à capacidade de pagamentos da classe IV no prazo de 10 anos e a existência de pagamentos desiguais para as classes III e IV, a teor da disposição em sentido contrário contida no PRJ.

- Por fim, a Administradora Judicial reserva o direito de retificar ou complementar o presente relatório, bem como se coloca à disposição do Juízo, do Ministério Público e dos demais interessados para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.